



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área/Especialidade Economia

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'F', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida consulta de qualquer natureza ou espécie.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Liberdade minha, liberdade tua

Uma professora do meu tempo de ensino médio, a propósito de qualquer ato de indisciplina ocorrido em suas aulas, invocava a sabedoria da frase "A liberdade de um termina onde começa a do outro". Servia-se dessa velha máxima para nos lembrar limites de comportamento. Com o passar do tempo, esqueci-me de muita coisa da História que ela nos ensinava, mas jamais dessa frase, que naquela época me soava, ao mesmo tempo, justa e antipática. Adolescentes não costumam prezar limites, e a ideia de que a nossa (isto é, a minha...) liberdade termina em algum lugar me parecia inaceitável. Mas eu também me dava conta de que poderia invocar a mesma frase para defender aguerridamente o meu espaço, quando ameaçado pelo outro, e isso a tornava bastante justa... Por vezes invocamos a universalidade de um princípio por razões inteiramente egoístas.

Confesso que continuo achando a frase algo perturbadora, provavelmente pelo pressuposto que ela encerra: o de que os espaços da liberdade individual estejam distribuídos e demarcados de forma inteiramente justa. Para dizer sem meias palavras: desconfio do postulado de que todos sejamos igualmente livres, ou de que todos dispomos dos mesmos meios para defender nossa liberdade. Ele parece traduzir muito mais a aspiração de um ideal do que as efetivas práticas sociais. O egoísmo do adolescente é um mal dessa idade ou, no fundo, subsiste como um atributo de todas?

Acredito que uma das lutas mais ingentes da civilização humana é a que se desenvolve, permanentemente, contra os impulsos do egoísmo humano. A lei da sobrevivência na selva – lei do instinto mais primitivo – tem voz forte e procura resistir aos dispositivos sociais que buscam controlá-la. Naquelas aulas de História, nossa professora, para controlar a energia desbordante dos jovens alunos, demarcava seu espaço de educadora e combatia a expansão do nosso território anárquico. Estava ministrando-nos na prática, ao lembrar os limites da liberdade, uma aula sobre o mais crucial desafio da civilização.

(Valdeci Aguirra, inédito)

1. A frase invocada nas aulas de História constitui o centro das presentes reflexões do autor do texto, que a explora, fundamentalmente, como expressão
- (A) das atribuições que todo professor bem intencionado precisa enfrentar, diante de jovens rebeldes e problemáticos.
 - (B) dos impasses que a civilização provoca, ao pretender conciliar a fragilidade dos instintos e o sentimento da liberdade.
 - (C) da histórica batalha que se trava entre os nossos impulsos mais primitivos e a necessária estruturação da ordem social.
 - (D) da dificuldade que aflige os adolescentes, quando tentam justificar seu egoísmo alegando os mais nobres princípios.
 - (E) da ambiguidade medular dos processos históricos, representada na indecisão entre a escolha da liberdade ou da justiça.

2. Considerando-se o sentido geral e conclusivo do texto, o título **Liberdade minha, liberdade tua** tem significação equivalente à da seguinte formulação:
- (A) Minha liberdade nada tem a ver com a tua.
 - (B) A tua e a minha liberdade são essencialmente a mesma.
 - (C) Tua liberdade acaba por eliminar a minha.
 - (D) A minha e a tua liberdade devem conciliar-se.
 - (E) Nossas liberdades exercem-se paralelamente.

3. Atente para as afirmações abaixo.
- I. No primeiro parágrafo, a última frase expressa uma verdade geral que se depreendeu da análise de uma situação particular.
 - II. No segundo parágrafo, a perturbação confessada pelo autor do texto advém do reconhecimento de que todos os adolescentes são egoístas.
 - III. No terceiro parágrafo, a lei do mais forte é invocada para explicar por que idealizamos os nossos mais primitivos instintos.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

4. Os dois casos de emprego de reticências, no primeiro parágrafo, têm em comum o fato de servirem a um enunciado
- (A) independente e sem consecução lógica.
 - (B) cuja intenção é expressar uma ironia.
 - (C) que ratifica a afirmação imediatamente anterior.
 - (D) sem conexão lógica com a afirmação anterior.
 - (E) que conclui a lógica da argumentação em curso.

5. Considerando-se o contexto, a alternativa em que NÃO se traduz com equivalência de sentido uma expressão do texto é:
- (A) *Servia-se dessa velha máxima* (1º parágrafo) = recorria a esse antigo adágio.
 - (B) *para defender aguerridamente* (1º parágrafo) = a fim de resguardar com denodo.
 - (C) *desconfio do postulado* (2º parágrafo) = suspeito da premissa.
 - (D) *subsiste como um atributo* (2º parágrafo) = remanesce como uma característica.
 - (E) *resistir aos dispositivos sociais* (3º parágrafo) = sublevar as imposturas da sociedade.

6. Está clara e correta esta nova redação de uma frase do texto:
- (A) Ela atribuía o sentido da velha frase ao propósito de refrear nossos atos de fragilante indisciplina.
 - (B) Ao ouvir aquela frase, que nunca mais me esqueci, soava-me a um só tempo tão justa quanto antipática.
 - (C) O que essa frase me causa espécie está na pressuposição de haver nela uma justa distribuição dos espaços de liberdade.
 - (D) Afirmando, sem tergiversar: custa-me crer que dispomos todos dos mesmos meios para preservar nossa liberdade.
 - (E) Com vistas ao controle de nossos ímpetos, ela se propunha debelar-se contra o nosso insipiente anarquismo.



7. No contexto, estabelecem entre si uma oposição de sentido os seguintes segmentos:

- (A) *prezar limites e demarcava seu espaço.*
- (B) *aspiração de um ideal e efetivas práticas sociais.*
- (C) *energia desbordante e expansão do nosso território anárquico.*
- (D) *não costumam prezar limites e território anárquico.*
- (E) *limites da liberdade e crucial desafio da civilização.*

8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) (**costumar**) seguir os nossos atos de indisciplina a invocação das sábias palavras daquela velha frase.
- (B) Entre os adolescentes não (**ser**) de hábito respeitar os limites da liberdade individual.
- (C) A ninguém da classe (**deixar**) de tocar, naquela época, seus alertas contra o nosso anarquismo.
- (D) Nas aulas em que (**cabem**) invocá-las, a professora repetia as palavras daquele velho ditado.
- (E) Um desafio que aos homens sempre se (**importa**), em razão dos seus impulsos egoístas, está em respeitar o espaço alheio.

9. É preciso **corrigir**, por incoerente, a redação da seguinte frase:

- (A) A menos que se considere a realidade prática, nos ideais buscamos projetar os valores que a aperfeiçoariam.
- (B) Aquela frase sempre me pareceu perturbadora, conquanto tenham variado as razões para assim considerá-la.
- (C) Ainda que se considerem naturais certos impulsos egoístas, há que combatê-los e tentar superá-los.
- (D) Malgrado a tendência anárquica dos jovens, muitos se mostram receptivos à máxima que postula limites para a liberdade.
- (E) A par das lições de História, a professora nos ministrava as de conduta, que acabaram por se revelar as mais duradouras.

10. Atente para as frases abaixo.

- I. Todos queremos defender nossa liberdade, tornar-lhe imune a qualquer restrição, proclamar-lhe aos quatro ventos.
- II. Sim, o egoísmo é uma inclinação natural, mas acatar-lhe é curvar-se a um instinto primitivo; cumpre, a todo custo, restringi-lo a violência.
- III. As palavras daquela frase ressoaram fortemente em nossa consciência arrogante, abalaram-na, retiraram-lhe o falso triunfalismo.

Está plenamente adequado o emprego de pronomes em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

Atenção: As questões de números 11 a 16 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Legalidade e legitimidade

A **legalidade** funda-se em um forte conceito ético, que é a **legitimidade**. O poder que impõe a legalidade deve ser um poder legítimo. Modernamente, não se aceita mais a legalidade como conceito meramente formal. Para que a limitação à esfera individual seja válida, deve ser o poder que a impõe legítimo.

Os estados de regimes políticos autoritários possuem uma esfera de poder hipertrofiada em relação ao direito. Com isso, a legitimidade do poder torna-se questionável. As limitações impostas à liberdade, por conseguinte, não seriam éticas, legítimas, e, portanto, o direito fundamental estaria sendo desrespeitado. O legalismo cego e formal pode tornar-se arma para referendar abuso de poder e restrição ilegítima às liberdades individuais. Percebe-se, então, que, a despeito de ser atualmente o direito fundamental de liberdade assegurado em documentos legais ao redor do mundo, existe uma conotação ética que lhe serve de razão última e principal.

A restrição à liberdade pela legalidade deve ser formalmente e materialmente válida: formalmente, quanto às regras preestabelecidas de formação, limites e conteúdo da lei; materialmente, quanto à legitimidade tanto das regras preestabelecidas quanto do poder que impõe as leis e que se encarrega de garantir seu cumprimento.

O conteúdo das leis é também fonte de considerações éticas. Pode uma lei ser formalmente válida e emanada de poder legítimo, e mesmo assim ser moralmente considerada inválida, enquanto limitadora do conteúdo das liberdades. Daí concluir-se que a legitimidade do poder não é suficiente para que a legalidade seja legítima; é necessário também que o conteúdo das leis seja expressão da soberania popular.

(Adaptado de Marco Aurélio Alves Adão, Procurador da República. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=19>)

11. Depreende-se da leitura do texto que a legalidade e a legitimidade

- (A) derivam de um mesma fonte ética, razão pela qual é difícil distingui-las.
- (B) estabelecem entre si, na ordem dada, uma relação de causa e efeito.
- (C) devem articular-se de modo que a segunda embase a primeira.
- (D) estabelecem entre si uma relação hipotética e meramente formal.
- (E) devem articular-se para estabelecer um forte conceito ético.



12. Os estados de regimes políticos autoritários possuem uma esfera de poder hipertrofiada em relação ao direito.

Na frase acima (2º parágrafo), afirma-se que

- (A) a identificação de um estado autoritário se estabelece quando a hipertrofia da esfera da política implica a hipertrofia do campo do direito.
- (B) a esfera do direito, nos regimes políticos autoritários, resulta atrofiada em relação à do poder do estado.
- (C) a esfera do direito, nos regimes políticos autoritários, é parte da atrofia da esfera do poder estatal.
- (D) o poder abusivo do estado é a razão pela qual o direito é excluído dos regimes políticos autoritários.
- (E) o autoritarismo próprio dos estados hipertrofia o poder político em face da esfera do direito.

13. Atente para as afirmações abaixo.

- I. O legalismo, tomado em sentido estrito e puramente formal, pode vir a ser um dispositivo nocivo, inteiramente alheio aos princípios éticos.
- II. É inadmissível que ocorram na esfera do direito, qualquer que seja a circunstância, restrições às liberdades individuais.
- III. A legitimidade do poder é uma condição necessária e bastante para tornar o conteúdo das leis uma expressão da vontade popular.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

14. Está correta a seguinte observação sobre uma passagem do texto:

- (A) Em *Para que a limitação à esfera individual seja válida* (1º parágrafo), expressa-se a causa de uma consequência desejável.
- (B) Em *deve ser o poder que a impõe legítimo* (1º parágrafo), o termo sublinhado pode ser substituído por **legitimamente**.
- (C) Em *As limitações impostas à liberdade, por conseguinte, não seriam éticas* (2º parágrafo), a expressão sublinhada indica uma premissa.
- (D) Em *A restrição à liberdade pela legalidade deve ser formalmente e materialmente válida* (3º parágrafo), o termo sublinhado qualifica *liberdade*.
- (E) Em *e mesmo assim ser moralmente considerada inválida* (4º parágrafo), o elemento sublinhado pode ser substituído por **e não obstante isso**.

15. O desenvolvimento do terceiro parágrafo se dá de modo a enfatizar

- (A) o aspecto formalmente válido da restrição à liberdade.
- (B) o aspecto materialmente válido da restrição à liberdade.
- (C) a independência entre o aspecto formal e o material.
- (D) a equivalência de importância entre o aspecto formal e o material.
- (E) a subordinação do aspecto material ao aspecto formal.

16. Está plenamente adequada a pontuação da frase:

- (A) Torna-se questionável, a legitimidade do poder, quando ocorre uma hipertrofia: da esfera política em relação à do direito.
- (B) Não são éticas as limitações impostas à liberdade, quando, desrespeitado o direito fundamental, pela ação abusiva e autoritária do estado.
- (C) Pode o legalismo abstruso e formal tornar-se, eventualmente, uma arma, servindo de referendo para o abuso de poder ou para indevidas restrições.
- (D) Uma lei poderá ser, formalmente, mas não moralmente válida, no caso de vir a limitar em essência, o conteúdo da liberdade.
- (E) No caso de o conteúdo das leis, não expressar a soberania popular estará prejudicada a legitimidade do poder.

Atenção: As questões de números 17 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Acerca de Montaigne

Montaigne, o influente filósofo francês do século XVI, foi um conservador, mas nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático. Por temperamento, foi bem o contrário de um revolucionário; certamente faltaram-lhe a fé e a energia de um homem de ação, o idealismo ardente e a vontade. Seu conservadorismo aproxima-se, sob certos aspectos, do que no século XIX viria a ser chamado de liberalismo.

Na concepção política de Montaigne, o indivíduo deve ser deixado livre dentro do quadro das leis, e a autoridade do Estado deve ser a mais leve possível. Para o filósofo, o melhor governo será o que menos se fizer sentir; assegurará a ordem pública sem invadir a vida privada e sem pretender orientar os espíritos. Montaigne não escolheu as instituições sob as quais viveu, mas resolveu respeitá-las, a elas obedecendo fielmente, como achava correto num bom cidadão e súdito leal. Que não lhe pedissem mais do que o exigido pelo equilíbrio da razão e pela clareza da consciência.

(Adaptado da introdução aos **Ensaios**, de Montaigne. Trad. de Sergio Milliet. S. Paulo: Abril, **Os Pensadores**, 1972.)

17. Há no primeiro parágrafo afirmações que induzem o leitor a identificar:

- I. um conservador típico como alguém rígido, limitado e dogmático.
- II. um revolucionário como alguém ativo, idealista, dotado de fé, energia e vontade.
- III. um conservador do século XVI com um liberal do século XIX.

Completa corretamente o enunciado desta questão o que está em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.



<p>18. Na concepção política de Montaigne,</p> <p>(A) o governo, em sua disposição liberal, deve atuar como uma espécie de mentor ideológico da esfera individual.</p> <p>(B) o Estado, como instituição pública, deve adequar-se ao papel que lhe atribui a vontade soberana da população.</p> <p>(C) as leis que emanam do Estado devem ser respeitadas pelos cidadãos, em cuja vida privada ele evitará interferir.</p> <p>(D) os bons e leais cidadãos devem obediência às instituições, ainda que com sacrifício dos ditames da consciência e da racionalidade.</p> <p>(E) a ausência do Estado se justifica quando os ideais da vida privada são por si mesmos capazes de orientar a instância pública.</p>	<p>Atenção: As questões de números 21 a 25 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.</p> <p>21. A respeito das eleições, é correto afirmar:</p> <p>(A) o Presidente, o Vice-Presidente, os Corregedores de Justiça e os membros do Conselho da Magistratura serão eleitos para mandato de dois anos, permitida a reeleição para mais um período.</p> <p>(B) na elaboração da lista de advogados para integrar o Tribunal Regional Eleitoral, cada Desembargador votará em seis nomes, considerando-se eleitos os que tiverem obtido a maioria absoluta de votos dos presentes.</p> <p>(C) o Desembargador eleito para o cargo de direção no Tribunal de Justiça ou para o Tribunal Regional Eleitoral, como membro efetivo, não perderá, ao ser empossado, a titularidade de outra função eletiva.</p> <p>(D) os Desembargadores que estiverem no efetivo exercício de cargo de direção no Tribunal de Justiça podem ser eleitos, em sessão do Tribunal Pleno, para integrar o Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(E) considerar-se-á eleito Presidente, Vice-Presidente, Corregedor de Justiça e o membro do Conselho da Magistratura, o Desembargador que, no respectivo escrutínio, obtiver a maioria simples dos votos dos presentes.</p>
<p>19. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) Como sugere o autor do texto, encontra-se em Montaigne raízes de um pensamento liberal, vindo a se constituir propriamente no século XIX.</p> <p>(B) Ainda quando não admitisse interferência do Estado na vida privada, de modo algo paradoxal, Montaigne obedecia lealmente a essas leis.</p> <p>(C) Se Montaigne não foi responsável pelas instituições vijentes, por outro lado também as acatava, como súdito bom e fiel que prezava ser.</p> <p>(D) O aspecto liberal do pensamento de Montaigne revela-se, sobretudo, quando defende a esfera individual e os valores da vida privada.</p> <p>(E) Montaigne pronuncia-se contra as restrições, quando as mesmas ocorrem na vida privada, com exigências contrárias à razão de sua consciência.</p>	<p>22. Do funcionamento do Tribunal, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O Tribunal Pleno, tanto nas reuniões ordinárias como extraordinárias, será presidido pelo Presidente do Tribunal.</p> <p>(B) O Tribunal Pleno funcionará com dois terços de seus membros, ou com a maioria absoluta, conforme o caso, sendo substituídos os Desembargadores, impedidos ou licenciados.</p> <p>(C) O Tribunal Pleno realizará quatro sessões ordinárias por mês, apreciando tanto as questões administrativas quanto os julgamentos.</p> <p>(D) Em caso de férias de membros das Câmaras, comporá automaticamente o quorum, observada sempre que possível a ordem decrescente de antiguidade, nas Câmaras Cíveis Reunidas, os membros das Câmaras Criminais Reunidas.</p> <p>(E) O Conselho da Magistratura será presidido pelo Vice-Presidente do Tribunal.</p>
<p>20. Quando o autor afirma que Montaigne <i>foi bem o contrário de um revolucionário</i>, está buscando destacar</p> <p>(A) o individualismo que norteou sua conduta e seu pensamento político.</p> <p>(B) o conservadorismo e o anacronismo do pensamento do filósofo.</p> <p>(C) a influência que o filósofo exerceu sobre as instituições da época.</p> <p>(D) a franca insurgência do pensador contra as tendências libertárias da época.</p> <p>(E) a contribuição do pensador como um entusiasta da soberania do Estado.</p>	<p>23. Ao Conselho da Magistratura, dentre outras atribuições, compete</p> <p>(A) opinar, no que couber, sobre pedidos de renovação, permutas, férias e licenças dos Juízes de Direito.</p> <p>(B) apreciar os relatórios dos Juízes de Direito.</p> <p>(C) determinar correições extraordinárias, gerais ou parciais.</p> <p>(D) processar e julgar as suspeições opostas a Juízes Cíveis e Criminais, quando não reconhecidas.</p> <p>(E) suspender a execução de liminar concedida pelos Juízes de primeiro grau em ação civil pública.</p>



<p>24. Haverá revisão, dentre outros processos,</p> <p>(A) nas apelações em processos de rito sumário. (B) nas apelações em processos de despejo. (C) nos recursos em sentido estrito. (D) nas revisões criminais. (E) nos agravos de instrumento.</p>	<p>29. Considere as assertivas abaixo a respeito da ajuda de custo.</p> <p>I. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que afastar-se do cargo ou reassumi-lo em virtude do exercício ou término de mandato eletivo.</p>
<p>25. Os advogados dos recorrentes poderão proferir sustentação oral, dentre outros processos, nos</p> <p>(A) reexames necessários. (B) embargos infringentes. (C) agravos regimentais. (D) agravos de instrumento. (E) conflitos de competência.</p>	<p>II. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que for colocado à disposição de outro Poder, ou esfera de Governo.</p> <p>III. À família do servidor que falecer na nova sede, serão assegurados ajuda de custo para a localidade de origem, dentro do prazo de seis meses, contado do óbito.</p>
<p><u>Atenção:</u> As questões de números 26 a 30 referem-se ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis – Lei nº 5.810/94.</p>	<p>IV. Caberá ajuda de custo ao servidor designado para serviço ou estudo no exterior, a qual será arbitrada pela autoridade que efetuar a designação.</p>
<p>26. Deoclécio, servidor público do Tribunal de Justiça do Pará aposentado por invalidez, retornou à atividade porque uma junta médica oficial declarou insubsistente os motivos da sua aposentadoria. Neste caso, ocorreu a</p> <p>(A) reversão. (B) reintegração (C) redistribuição. (D) aproveitamento (E) readaptação.</p>	<p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III. (B) I, II e IV. (C) I e IV. (D) II e IV. (E) II e III.</p>
<p>27. NÃO se considera como de efetivo exercício, para todos os fins, o afastamento decorrente de</p> <p>(A) licença por motivo de doença em pessoa da família. (B) casamento, até no máximo oito dias. (C) férias. (D) desempenho de mandato classista. (E) faltas abonadas, até no máximo de cinco ao mês.</p>	
<p>28. A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável, licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até</p> <p>(A) dois anos consecutivos, sem remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (B) um ano consecutivo, sem remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (C) dois anos consecutivos, com remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (D) um ano consecutivo, com remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (E) seis meses consecutivos, com remuneração, sendo vedada a concessão de nova licença antes de decorrido três meses do término da anterior.</p>	<p>30. Jânia, funcionária pública efetiva do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, logrou proveito de outrem, valendo-se do cargo, em detrimento da dignidade da função pública. Ela foi demitida. Neste caso, a demissão de Jânia</p> <p>(A) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de nove anos. (B) não incompatibiliza a servidora para nova investidura em cargo público estadual. (C) incompatibiliza a servidora para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de cinco anos. (D) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de três anos. (E) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de dez anos.</p>



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Em uma economia fechada

- (A) uma política fiscal expansionista tende a, simultaneamente, elevar o nível de emprego e reduzir a taxa de juros da economia.
- (B) a elevação dos gastos do governo e dos impostos na mesma proporção em nenhuma hipótese levará ao crescimento do produto real da economia.
- (C) uma política fiscal expansionista surtirá efeitos em termos do crescimento da renda e do nível de emprego somente se a demanda por moeda for elástica em relação à taxa de juros e a economia não estiver operando em pleno emprego.
- (D) uma política fiscal contracionista levará a economia à recessão porque ocorrerá aumento da taxa de juros e à conseqüente diminuição de consumo e investimento agregados.
- (E) a elevação da tributação é a medida de política fiscal indicada para se alcançar o objetivo de estimular o crescimento econômico sem elevar a taxa de juros da economia.

32. A crise financeira internacional também se fez sentir na economia brasileira, por meio do desaquecimento da atividade econômica, notadamente no 4º trimestre de 2008. Para tentar reverter essa tendência, o Banco Central do Brasil adotou a seguinte medida de política monetária expansionista:

- (A) elevação da taxa de redesconto.
- (B) redução da taxa de reservas compulsórias dos bancos.
- (C) elevação da taxa básica de juros da economia.
- (D) redução da base monetária.
- (E) diminuição dos prazos de crédito ao consumidor.

33. Recentemente o Governo Federal promoveu a redução da alíquota do IOF incidente sobre as operações de crédito de pessoas físicas, a redução das alíquotas de IPI incidentes sobre a produção de automóveis e a reestruturação da tabela de faixas de rendimentos e alíquotas do imposto de renda das pessoas físicas. Sabendo que todas essas medidas de política tributária foram tomadas em resposta à crise financeira internacional, é correto afirmar que

- (A) embora todas as medidas atuem de forma anticíclica, a alteração no imposto de renda reforça seu princípio de progressividade enquanto a do IPI enfraquece o princípio da seletividade, em prol do estímulo à manutenção do nível de emprego.
- (B) somente a alteração do IPI será capaz de atuar de forma anticíclica porque as demais medidas só afetam as pessoas que estão inseridas no mercado formal de trabalho.
- (C) nenhuma das medidas será eficaz, pois como se destinam às pessoas físicas não conseguirão estimular a expansão ou manutenção do nível de emprego.
- (D) somente a alteração do IOF será capaz de atuar de forma anticíclica porque a alteração do imposto de renda alcança apenas as pessoas inseridas na economia formal e a indústria automobilística tem baixo potencial na geração direta e indireta de empregos.
- (E) somente a alteração do imposto de renda será capaz de atuar de forma anticíclica porque o IPI e o IOF são impostos indiretos e, portanto, não afetam a renda pessoal disponível e a riqueza das pessoas físicas.

34. É uma medida de política fiscal expansionista:

- (A) elevar o pagamento de juros da dívida pública.
- (B) promover a troca de títulos da dívida pública de curto prazo pelos de longo prazo.
- (C) tributar a exportação de produtos relacionados à matriz energética do país.
- (D) retirar subsídios da agricultura familiar.
- (E) promover programas de transferência de renda.

35. Considere as afirmativas abaixo.

- I. Países que adotam a política de câmbio fixo e estão enfrentando um *déficit* na balança comercial devem promover uma desvalorização cambial para alcançar o equilíbrio comercial.
- II. A teoria da paridade do poder de compra propõe que a taxa nominal de câmbio deve variar em proporção tal que a taxa de câmbio real se mantenha fixa e, dessa maneira, seja possível manter a trajetória do saldo comercial do país.
- III. A adoção de uma política de taxas de câmbio flexíveis é condição necessária e suficiente para garantir o equilíbrio da balança comercial de um país.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

36. Se o objetivo de um país é melhorar o saldo de sua balança comercial, além dos instrumentos de política cambial, ele poderá

- (A) impor quotas de exportação e subsidiar as importações.
- (B) impor quotas de importação e facilitar o crédito aos exportadores.
- (C) elevar os impostos sobre os bens importados e impor quotas às exportações.
- (D) reduzir os impostos sobre os bens importados e facilitar o crédito aos exportadores.
- (E) elevar os impostos sobre os bens exportados e facilitar o crédito aos importadores.

37. Os fatores que contribuem para a diminuição do déficit do balanço de pagamento de um país, que permite movimentação livre de capitais externos, são:

- (A) aumento do nível de atividade econômica, redução da taxa de juros doméstica e valorização real da taxa de câmbio.
- (B) valorização real da taxa de câmbio, elevação da base monetária e resgate de títulos públicos.
- (C) elevação da taxa de redesconto, redução do nível de atividade econômica e diminuição da taxa de juros doméstica.
- (D) aumento da taxa de juros doméstica, redução do nível de atividade econômica e desvalorização real da taxa de câmbio.
- (E) resgate de títulos públicos, redução da taxa do compulsório e desvalorização real da taxa de câmbio.



38. Considere as afirmativas abaixo.

- I. A implementação de programas de transferência de renda como o *Bolsa Família* visa promover sua melhor distribuição.
- II. A criação de uma nova alíquota de imposto de renda superior às atualmente existentes constitui, inequivocamente, uma política de transferência de renda para as classes de menor poder aquisitivo.
- III. A função estabilizadora das políticas governamentais pode ser cumprida por meio da concessão do seguro desemprego, que transfere renda de forma temporária aos trabalhadores que perderam seu emprego.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
 (B) I e II.
 (C) I e III.
 (D) II.
 (E) II e III.

Atenção: Para responder às questões de números 39 a 41 utilize os dados extraídos das Contas Nacionais do Brasil, relativas ao ano de 2006, em milhões de reais.

Despesa de Consumo Final	1.903.679
Varição de Estoques	8.012
Formação Bruta de Capital Fixo	389.328
Renda Nacional Bruta	2.311.211
Transferências Correntes Líquidas recebidas do exterior	9.366
Saldo Externo de Bens e Serviços (positivo)	68.778

39. O Produto Interno Bruto do Brasil naquele ano correspondeu, em milhões de reais, a

- (A) 2.232.241.
 (B) 2.353.773.
 (C) 2.369.797.
 (D) 2.371.151.
 (E) 2.379.163.

40. A Renda Disponível Bruta do Brasil, naquele ano, equivaleu, em milhões de reais, a

- (A) 2.311.211.
 (B) 2.312.565.
 (C) 2.313.211.
 (D) 2.318.768.
 (E) 2.320.577.

41. A Poupança Bruta do Brasil naquele ano foi, em milhões de reais, igual a

- (A) 399.520.
 (B) 407.532.
 (C) 408.886.
 (D) 416.898.
 (E) 418.252.

42. Em um sistema de contas nacionais, se a receita fiscal corrente for superior aos gastos correntes do Governo em um determinado ano, pode-se afirmar que

- (A) a Conta de Transações com o exterior apresentará saldo superavitário.
 (B) a Poupança Bruta do país foi positiva.
 (C) a Poupança Corrente do Governo foi positiva.
 (D) o PIB do país será menor que no ano anterior.
 (E) o orçamento total do governo, incluindo as despesas correntes e de capital, será superavitário.

43. A diferença de valor entre o Produto Nacional Líquido a preços de mercado e a Renda Nacional a custo de fatores corresponde ao montante, em valor absoluto,

- (A) dos impostos indiretos menos os subsídios concedidos pelo Governo ao setor privado.
 (B) da renda enviada para o exterior menos a renda recebida do exterior.
 (C) da depreciação do estoque de capital fixo da economia.
 (D) das exportações menos as importações.
 (E) dos impostos diretos menos as transferências unilaterais do Governo ao setor privado.

44. Para se obter o valor da Renda Pessoal Disponível de uma economia, é necessário, entre outros cálculos, adicionar à Renda Nacional o valor

- (A) dos impostos diretos.
 (B) das transferências unilaterais do Governo ao setor privado.
 (C) da renda líquida enviada ao exterior.
 (D) dos subsídios concedidos pelo Governo ao setor privado.
 (E) dos lucros retidos pelas empresas.

45. Dados extraídos do Sistema de Contas Nacionais de uma economia hipotética em um determinado ano:

Arrecadação tributária do Governo	260.000
Produto Interno Líquido a preços de mercado	1.000.000
Transferências do Governo ao Setor Privado	40.000
Depreciação	25.000
Subsídios do Governo ao Setor Privado	15.000
Impostos Diretos	30.000

A carga tributária líquida da economia, nesse ano, correspondeu a

- (A) 26,00%
 (B) 25,36%
 (C) 21,46%
 (D) 20,00%
 (E) 19,83%

Observação:

Despreze os algarismos a partir da segunda casa decimal.



46. Dados para uma economia hipotética:

Ano	PIB Normal	Índice Geral de Preços (ÍNDICE)
2007	120.000	100
2008	145.200	110

Pode-se concluir que

- (A) o PIB de 2007, calculado a preços de 2008, é igual a 130.000.
- (B) o PIB de 2008, calculado a preços de 2007, é igual a 130.000.
- (C) houve decréscimo no PIB real de um ano para o outro.
- (D) o PIB real aumentou 4% no período.
- (E) o PIB de 2008, calculado a preços de 2007, é igual a 132.000.

47. Em uma determinada economia, o Produto Interno Bruto nominal decresceu 7,85% de um ano para o outro. No mesmo período, o Produto Interno Bruto real diminuiu 5%. Logo, é correto afirmar que, entre esses dois anos,

- (A) a taxa de inflação aumentou.
- (B) houve uma deflação de 3,00%.
- (C) a taxa de inflação foi 2,85%.
- (D) o índice geral de preços decresceu menos de 2,90%.
- (E) o índice geral de preços permaneceu estável.

48. A meta de inflação brasileira é definida e acompanhada pelo Conselho Monetário Nacional com base na inflação medida pelo

- (A) IGP-DI.
- (B) INPC.
- (C) IGPM.
- (D) IPCA.
- (E) IGP-OG.

49. O IGP-DI é um índice de preços

- (A) calculado quinzenalmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.
- (B) que teve a divulgação de sua série iniciada em 1994, quando da implementação do Plano Real.
- (C) que considera a cesta de consumo das famílias de todo o país com renda entre 50 e 100 salários mínimos.
- (D) cuja abrangência da coleta se restringe aos produtos da cesta básica e aos municípios da região norte do país.
- (E) formado pela composição de um índice de preços no atacado, um índice de preços ao consumidor e um índice de preços da construção civil.

50. O IPCA é um índice de preços

- (A) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando os preços das 11 principais regiões metropolitanas do país.
- (B) calculado pela média geométrica de um índice de preços ao consumidor e um índice de preços no atacado.
- (C) que considera a cesta de consumo das famílias de todo o país com renda entre 1 e 6 salários mínimos.
- (D) que considera a variação dos preços entre o dia 15 de um mês e o dia 14 do mês seguinte.
- (E) cuja série é calculada e divulgada ininterruptamente e sob a mesma metodologia desde a década de 1940.

Atenção: Considere a tabela abaixo para responder às questões de 51 a 53. Nela é apresentada a série de um índice de preços, o qual se supõe representar adequadamente a taxa de inflação de um determinado país.

Ano	Índice de preços
1999	100,0
2000	104,0
2001	101,4
2002	107,5
2003	115,5
2004	125,0
2005	137,5
2006	148,5
2007	159,7
2008	163,3

51. É correto afirmar que a taxa de inflação deste país

- (A) foi estritamente crescente no período 1999-2003.
- (B) em 2007 foi a maior do período.
- (C) em 2001 foi a menor do período.
- (D) foi estritamente decrescente no período 2001-2006.
- (E) acumulada no período foi inferior a 60%.

52. Se o índice de preços tivesse sua base alterada para o ano de 2004, seu valor no ano de 1999 seria

- (A) 160,0.
- (B) 125,0.
- (C) 100,0.
- (D) 80,0.
- (E) 66,7.



53. Sabendo-se que em 1999 o Produto Interno Bruto deste país era de 1 trilhão de unidades monetárias e que no período analisado apresentou um crescimento real de apenas 1%, em 2008 o valor nominal de seu PIB, em trilhão de unidades monetárias, foi de:
- (A) 1,00.
 - (B) 1,15.
 - (C) 1,48.
 - (D) 1,63.
 - (E) 1,65.

54. Considere as informações da tabela abaixo.

Mês	Bem 1		Bem 2	
	Preço	Quantidade	Preço	Quantidade
Janeiro	25	10	50	5
Fevereiro	30	9	45	8

No mês de fevereiro, é correto afirmar que:

- (A) se a inflação for medida com base em um índice de Paasche, será constatada deflação.
 - (B) a inflação medida pelo índice de Paasche é superior àquela medida pelo índice de Laspeyres.
 - (C) adotando-se um índice de Laspeyres, a taxa de inflação foi de 5,00%.
 - (D) é indiferente medir a inflação com um índice de Laspeyres ou um índice de Paasche, pois ambos apontam a mesma taxa de inflação.
 - (E) não é possível construir um índice para medir a inflação porque os bens 1 e 2 não são normais.
55. É correto afirmar que:
- (A) o melhor instrumento para o cumprimento da função estabilizadora do Estado é a adoção de uma taxa de câmbio real fixa e elevada.
 - (B) programas sociais como os de estímulo à contratação de jovens para o primeiro emprego são exemplos de instrumentos de política que permitem ao estado cumprir sua função distributiva.
 - (C) o processo de privatização de empresas estatais vivenciado pelo Brasil na década de 1990 foi a confirmação de que o Estado não dispõe de qualquer instrumento para executar sua função alocativa.
 - (D) para que o Estado possa cumprir adequadamente suas funções alocativa e distributiva, necessariamente terá de abrir mão da função estabilizadora, levando o país a conviver com a hiperinflação.
 - (E) o cumprimento adequado das funções alocativa, distributiva e estabilizadora do Estado implica necessariamente na tolerância de *déficits* gêmeos: no orçamento e no balanço de pagamentos.

56. Quando o estado utiliza recursos provenientes da arrecadação tributária para financiar o fornecimento de bens meritórios tais como educação e saúde, está trabalhando na execução de sua função
- (A) alocativa, pois deixar que o mercado determine o preço desses bens pode levar à exclusão de grande parcela da população do mercado consumidor.
 - (B) sinalizadora, pois dessa maneira o estado indicará ao mercado que os investimentos devem ser direcionados para os setores de educação e saúde, dada sua alta rentabilidade.
 - (C) estabilizadora, pois, ao fornecer educação e saúde, reservas internacionais não serão utilizadas para se adquirir tais serviços no exterior.
 - (D) distributiva, pois dessa maneira a parcela mais rica da população pagará duas vezes pelos serviços de educação e saúde enquanto a parcela mais pobre não pagará nada por eles.
 - (E) reguladora, pois dessa maneira toda a população terá acesso a serviços de boa qualidade, independentemente de sua capacidade de pagar e de sua localização geográfica.

57. Analistas econômicos têm comentado que o Brasil não sofreu impactos mais fortes por conta da crise financeira internacional devido, dentre outros, ao fato de que:
- (A) nos últimos anos o Estado tem aumentado sua participação no setor financeiro brasileiro, o que não gera expectativas negativas para os depositantes relativamente à possibilidade de quebra das instituições financeiras.
 - (B) o Brasil tem diminuído a participação do Estado na economia, desde o governo Collor, e simultaneamente fechado a economia aos fluxos de capital estrangeiro e ao comércio internacional, o que torna o país imune a qualquer movimento da economia mundial.
 - (C) os mecanismos de contágio não estão presentes na economia brasileira, já que o Estado sempre interveio para evitar a mobilidade de capitais e restringir a oferta de crédito doméstico.
 - (D) o Brasil tem uma política econômica eficiente, sendo o Estado capaz de controlar todas as variáveis e impedir o contágio de choques externos, independentemente do nível das reservas internacionais.
 - (E) recentemente o Estado aumentou a regulação do setor financeiro brasileiro, além de auxiliar sua consolidação, por meio de programas que sanaram instituições com problemas de solvência, vendendo a parte boa a outras instituições sólidas.

58. O prefeito de uma cidade pretende elevar a arrecadação de impostos em sua gestão e para tanto decidiu utilizar o IPTU. Para que seja respeitado o princípio da capacidade de pagamento, ele deverá
- (A) lançar um imposto de valor fixo para cada unidade imobiliária, independentemente de seu uso e/ou tamanho.
 - (B) considerar a possibilidade de adotar alíquotas progressivas sobre o valor venal do imóvel.
 - (C) adotar alíquotas inversamente proporcionais ao tamanho e valor venal do imóvel.
 - (D) definir a base de cálculo do imposto exclusivamente com base no número de pavimentos da edificação.
 - (E) impedir o pagamento parcelado do imposto em qualquer circunstância.



59. Consagrando o Princípio Federativo Brasileiro, a Constituição Federal de 1988 prevê que, com o objetivo de diminuir as desigualdades regionais, parcela do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e do imposto sobre produtos industrializados deve ser repassada a estados e municípios. A esse respeito é correto afirmar que são destinados
- (A) 21,5% para aplicação em programas assistenciais das regiões Centro-Oeste e Norte.
- (B) 3,5% para aplicação em programas habitacionais e de infraestrutura contra fenômenos naturais das regiões Sul e Nordeste.
- (C) 3,0% para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
- (D) 21,5% para aplicação em programas sociais e de agricultura familiar nas regiões da Amazônia Legal e do semiárido do Nordeste.
- (E) 22,5% para aplicação em programas educacionais das regiões metropolitanas das capitais do Nordeste e do litoral do Sudeste.
-
60. No Brasil, a forma utilizada pelo Banco Central para medir o déficit público são as Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP), que corresponde à variação da dívida líquida do Setor Público. As NFSP podem ser medidas nos conceitos nominal, operacional e primário. A diferença entre as NFSP no conceito nominal e primário corresponde ao valor
- (A) dos juros nominais sobre a dívida fiscal líquida.
- (B) das amortizações da dívida pública externa.
- (C) da atualização monetária do estoque da dívida fiscal líquida.
- (D) da poupança corrente do setor público menos o valor do investimento privado.
- (E) dos juros reais sobre a dívida pública interna.
-
61. Analise as informações abaixo em relação ao orçamento público.
- I. No orçamento tradicional, a decisão da alocação dos recursos toma por base as necessidades financeiras das unidades organizacionais.
- II. O principal objetivo do orçamento-programa é permitir que o Poder Legislativo autorize e controle adequadamente a receita e o gasto público.
- III. No orçamento base zero, os gestores das unidades orçamentárias somente precisam justificar os acréscimos e os decréscimos dos gastos realizados no exercício anterior.
- IV. Uma das características do orçamento-programa é a ênfase dada aos objetivos do planejamento governamental e as metas que se pretende alcançar com a alocação dos recursos públicos.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.
-
62. Em relação aos princípios previstos na Constituição brasileira e na Lei nº 4.320, de 1964, que devem nortear a elaboração do orçamento público em nosso país, é correto afirmar que o Princípio da
- (A) Especificação estatui que o Orçamento não consigne dotações globais para atender indiferentemente despesas de diferentes naturezas, ressalvadas as exceções previstas na Lei nº 4.320, de 1964.
- (B) Não Afetação das receitas permite a vinculação de impostos a órgãos, fundos ou despesas e não admite qualquer tipo de exceção.
- (C) Programação dispõe que o Poder Executivo pode, em alguns casos, como na implantação dos créditos extraordinários, modificar o orçamento sem autorização do Poder Legislativo.
- (D) Anualidade implica que o orçamento deve ter a vigência de um ano, que coincide com o calendário civil, e não admite exceções, mesmo nos casos de créditos especiais e extraordinários.
- (E) Exclusividade implica que o orçamento do Governo Federal somente inclua as receitas e despesas da administração direta e indireta, vedando, inclusive, a autorização prévia de créditos suplementares na peça orçamentária.
-
63. No Brasil, em relação à lei orçamentária, é correto afirmar que
- (A) poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, exceto as efetuadas por antecipação de receita.
- (B) integrará seu projeto de lei o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.
- (C) deverá conter normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- (D) seu projeto de lei deverá ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- (E) deverá discriminar também as despesas de capital para o exercício seguinte, desde que em consonância com a lei das diretrizes orçamentárias.
-
64. No orçamento público, é classificada como uma receita extraorçamentária o recebimento de importâncias relativas a
- (A) receitas patrimoniais.
- (B) depósitos e cauções.
- (C) subvenções econômicas.
- (D) transferências correntes.
- (E) venda de bens imóveis de propriedade do ente público.



65. Segundo a Lei nº 4.320, de 1964, é classificada na rubrica de *inversões financeiras* a seguinte despesa de capital:
- (A) gastos com a construção de obras públicas.
 - (B) aquisição de material permanente.
 - (C) aquisição de títulos representativos de capital de empresas industriais ou agrícolas.
 - (D) pagamento de juros sobre a dívida pública interna ou externa.
 - (E) aquisição de imóveis usados.
66. A moderna teoria econômica do setor público estabelece alguns critérios que devem nortear a imposição de tributos. O critério que postula que a tributação deve tratar desigualmente os desiguais é:
- (A) Equidade vertical.
 - (B) Neutralidade.
 - (C) Universalidade.
 - (D) Proporcionalidade.
 - (E) Benefício.
67. De acordo com o critério da capacidade de pagar, um sistema tributário é regressivo quando a participação dos impostos na renda dos agentes econômicos
- (A) diminui se a renda diminuir.
 - (B) aumenta se a renda aumentar.
 - (C) permanece constante, qualquer que seja a variação na renda.
 - (D) diminui se a renda aumentar.
 - (E) somente se altera se a renda se alterar, seja para mais ou para menos.
68. O governo, num mercado em concorrência perfeita, lança um imposto sobre a venda de determinada mercadoria. Segundo a teoria convencional das finanças públicas, pode-se afirmar que
- (A) o preço de equilíbrio desse mercado, após a introdução do imposto, será o preço de equilíbrio anterior mais o valor do imposto, independentemente do poder de barganha dos produtores e consumidores.
 - (B) se a demanda for mais elástica que a oferta ao preço corrente de mercado sem imposto, a maior parte do imposto incidirá sobre os consumidores.
 - (C) se a oferta for mais elástica que a oferta ao preço corrente de mercado sem imposto, a maior parte do imposto incidirá sobre os produtores.
 - (D) a introdução desse imposto provocará uma perda da eficiência alocativa do mercado, denominada peso morto da tributação.
 - (E) se as elasticidades da oferta e da demanda ao preço corrente de mercado forem iguais em valor absoluto, o preço de equilíbrio de mercado após o imposto não sofrerá alteração.
69. Em relação aos problemas suscitados nas duas últimas décadas no âmbito do federalismo fiscal brasileiro, analise as afirmativas abaixo.
- I. Os municípios contam com um amplo mecanismo de transferências constitucionais tanto do Estado quanto da União, participando da arrecadação do Imposto de Renda, do Imposto sobre Produtos Industrializados, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, entre outros.
 - II. À União coube a tarefa constitucional de reduzir as enormes disparidades regionais, tarefa que é cumprida por meio da isenção ou redução de tributos ou ainda de um maior volume de transferências para as regiões mais carentes.
 - III. Na Assembléia Constituinte de 1988, houve uma tendência bastante clara de reduzir a concentração tributária nas mãos da União, que tinha se agravado no período ditatorial com a Constituição de 1967.
 - IV. A descentralização das receitas públicas promovida pela Constituição Federal de 1988 foi acompanhada de uma descentralização concomitante dos encargos públicos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) I e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) I, II e III.
70. Em relação à conjuntura social e econômica do Brasil, NÃO é correto afirmar que:
- (A) as metas de *superávit* primário do Governo no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva foram, surpreendentemente, mais ambiciosas que as colocadas em prática pelo seu antecessor.
 - (B) o sistema financeiro brasileiro sofreu um impacto menor com a crise do *subprime* do que os demais sistemas financeiros internacionais em virtude de estar bem menos alavancado que seus congêneres nas suas operações de crédito e das altas taxas de juros praticadas.
 - (C) fatores endógenos, tais como a melhoria da distribuição de renda e no nível da educação escolar, podem ser apontados como muito mais importantes para a elevação das taxas de crescimento da economia brasileira no período entre 2002 e 2007 do que a aceleração da economia mundial.
 - (D) a forte elevação da taxa de câmbio no período que precedeu o primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva foi um dos fatores que permitiu a elevação do montante das exportações brasileiras e a transformação do saldo do balanço de transações correntes de negativo em positivo no ano de 2003.
 - (E) deve-se aceitar a hipótese de que, com a implantação do programa *Bolsa Família* e outros programas sociais, houve uma melhora inequívoca no grau de desigualdade da distribuição de renda da economia brasileira.